



Anais da Assembléia

20

CURITIBA, SEGUNDA, EM 23 DE MARÇO DE 1987.

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 9. SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 1.987
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Algaci Túlio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acir Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado e Valderi Mendes Vilela (45). Achan-do-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri e Werner Wanderer (09).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) -
Sob a proteção de Deus, iniciamos os
nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura
da ata da sessão anterior, que é apro-
vada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura
do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A Bancada do Partido Trabalhista Bra-
sileiro - PTB, com assento nesta Casa, IN-
DICA, para membro efetivo da Comissão de

Constituição e Justiça - CCJ, o Deputado
ERONDY SILVÉRIO, e para membro efetivo da
Comissão de Saúde, o Deputado LUIZ ANTÔNIO
SETTI.

Sala das Sessões, em 23.03.87.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Líder do PTB.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Comunicamos a Vossa Excelência, de
conformidade com o Art. 38, do Regimento
Interno, a composição do PMDB para as se-
quintes Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Nereu Carlos Massignan

Tadeu Lúcio Machado

Djalma de Almeida César

Edmar Luiz Costa

Hermas Brandão

Edmar Luiz Costa

José Afonso Júnior

Acyr Mezzadri

Artagão Mattos Leão

Gernote Kirinus

Cândido Bastos

Suplentes:

José Rogério Carvalho

Domingos Scarpellini

Homero Oguido

Nelson Vasconcellos

Quielse Crisóstomo

COMISSÃO DE FINANÇAS

Cândido Bastos

Quielse Crisóstomo

José Rogério Carvalho

Djalma de Almeida César

Homero Oguido

Suplentes:

Tadeu Lúcio Machado

Antônio Bárbara

Sabino Campos

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Gernote Kirinus

Artagão Mattos Leão

José Afonso Júnior

Acyr Mezzadri

Edmar Luiz Costa

Suplentes:

Luiz Carlos Alborghetti

Djalma de Almeida César

Amélia Hruschka

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Sabino Campos

Eduardo Baggio

Paulo Furiatti

Domingos Scarpellini
Orlando Pessuti

Suplentes:

Dirceu Manfrinato
José Rogério Carvalho
Paulino Delazeri

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Antônio Bárbara
Nelson Vasconcellos
Sabino Campos
José Rogério Carvalho
Nereu Carlos Massignan

Suplentes:

Nilton Barbosa
José Felinto
Hermas Brandão

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Acyr Mezzadri
Hermas Brandão
Tadeu Lúcio Machado
Artagão Mattos Leão
Djalma de Almeida César

Suplentes:

Domingos Scarpellini
Raul Lopes
Cândido Bastos

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

Nereu Carlos Massignan
Raul Lopes
José Afonso Júnior
Lauro Alcântara
Orlando Pessuti

Suplentes:

Ironði Pugliesi
Pirajá Ferreira
Haroldo Rodrigues Ferreira

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

José Rogério Carvalho
Amélia Hruschka
Antônio Bárbara
Quielse Crisóstomo
Nelson Vasconcellos

Suplentes:

Tadeu Lúcio Machado
Dirceu Manfrinato
Paulo Furiatti

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Amélia Hruschka
Paulino Delazeri
Haroldo Rodrigues Ferreira
Nereu Carlos Massignan
Nilton Barbosa

Suplentes:

Nelson Vasconcellos
Edmar Luiz Costa
Lauro Lobo Alcântara

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Ironði Pugliesi
Domingos Scarpellini

Dirceu Manfrinato

Gernote Kirinus
Cândido Bastos

Suplentes:

Sabino Campos
Paulo Furiatti
José Felinto

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

José Felinto
Domingos Scarpellini
Pirajá Ferreira
Homero Oguido
Paulo Furiatti

Suplentes:

Luiz Carlos Alborghetti
Caíto Quintana
Nestor Baptista

Sala das Sessões, em 23.03.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB.

Apoioamento: Anibal Khury.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do comerciante Sr. MORDCHELES GIMPELIS PLIACEKOS, genitor do Dr. Jonathan Pliacekos, Diretor do Hospital São Lucas, de Altônia, ocorrido no dia 02 de fevereiro próximo passado.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, residente à Rua Comendador Macedo, 260, ap. 94, nesta Cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 23.03.87.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado um voto de profundo pesar, nos Anais desta Casa, pelo falecimento da Sra. ANACÍLIA DOMINGUES CARNEIRO, ocorrido em Curitiba, no último dia 17 de março.

O passamento entristece ainda mais a família do ex-Deputado Augusto Carneiro, do qual a extinta era progenitora. Falecida aos 78 anos, havia enviuvado há poucos dias, com a morte do Sr. Deocleciano Batista Carneiro.

Outrossim, requer ainda que, da decisão desta Assembléia Legislativa, seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: Rua Buenos Aires, 639 - Batel - Curitiba.

Sala das Sessões, em 23.03.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação nos Anais desta Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ MARCONDES SOBRINHO, ex-Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, na data de 18 de março de 1987.

Solicita-se que se dê conhecimento deste à família enlutada, no Município de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 23.03.87.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
Líder do PDS.

JUSTIFICATIVA:

Após enfermidade, morreu João Marcondes Sobrinho. Um grande defensor do povo laranjeirense e um servidor de sua gente à frente da Prefeitura Municipal, onde exerceu a gestão 1959 - 1963.

João Marcondes Sobrinho foi um cidadão exemplar, honesto, pacífico e grande administrador. Foi proprietário do Jornal "O Independente" e por muitos anos exerceu a profissão de gráfico.

Sua vida, entretanto, não foi em vão. Deixa um patrimônio de dignidade e honra para os seus amigos, como eu, um exemplo de amizade e companheirismo, que dignifica a vida e a política.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da genitora do ex-Deputado Augusto Carneiro, Sra. ANACILIA DOMINGUES CARNEIRO.

Tal passamento vem consternar a sociedade.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, à Rua Buenos Aires, 639, ap. 1001.

Sala das Sessões, em 23.03.87.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao Município de União da Vitória, pela passagem, no dia 27 próximo, dos 97 anos de sua emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e aos Vereadores daquele Município, como expressão do Poder

Legislativo paranaense, de regozijo pelo feliz acontecimento.

Sala das Sessões, em 23.03.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná homenageia, com este voto, a laboriosa e culta população de União da Vitória, pelos 97 anos de sua emancipação política, homenagem esta dedicada igualmente aos seus administradores de todos os tempos: Cel. Amazonas de Araújo Marcondes, Cel. Arthur de Paula e Souza, Major Pedro Alexandre Franklin, Leopoldo Castilho, Dr. Joaquim Penido Monteiro, José Cleto da Silva, Francisco Azevedo Müller, Cap. João Soares Neiva de Lima, Pedro de Sá Ribas (Nono), Manoel Tavares de Lacerda, Francisco Cleve, José Pompeu, João Temius, Inocêncio de Oliveira, João Franklin, Romano Vieira Kulhmann, Duarte Cata Preta, Ranulfo Costa Pinto, Oscar Gaier, Eurico Cleto da Silva, Clarindo Sampaio, Dr. Adalberto A. Pereira, Astolpho Macedo de Souza, Dr. Hivaí Martins, José Alexandrino de Araújo Filho, Dr. Hugo Borges Marçal, Francisco Aquiles Saporiti, João Romanzini Filho, José Pacheco Cleto, Domício Scaramella, Mauro de Oliveira Cavalin, Dibe Abrão, Esmaldo Della Barba Kürten, Farid Guérios, Tancredo Benghi, Gilberto Francisco Brites e o Bel. Alcides Fernandes Luiz.

Fundada pelo Cel. Amazonas de Araújo Marcondes, um verdadeiro bandeirante que lançou as sementes do desenvolvimento da região, implantando o sistema de transporte a vapor, promovendo com seu pioneirismo um surto de progresso incomparável, motivando o Governo, através do Decreto n. 54, de 27 de março de 1890, a elevar a então Freguesia de Porto União da Vitória à categoria de Vila e pelo Decreto n. 55, do mesmo dia, mês e ano, passou à categoria de município, desmembrado do Município de Palmas.

Em 1895, José Cleto da Silva fundou a primeira escola primária e o primeiro internato. Dez anos mais tarde, os trilhos da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, atingiram a cidade, sendo inaugurada a primeira Estação Ferroviária.

O desenvolvimento da cidade, através dos anos, pela iniciativa privada, exigiu em contrapartida, esforços concentrados das administrações municipais, com execuções de obras de infra-estrutura que objetivaram dar melhores condições de vida ao seu povo.

A força polarizadora do primitivo entreposto de Nossa Senhora da Vitória, atual UNIÃO DA VITÓRIA, é um fato incontestável.

Possuindo funções definidas como centro de comercialização, entreposto de pri-

meira ordem, entroncamento ferroviário estratégico, conta hoje com estrada asfaltada ligando a Capital pela BR-476, ao Sudoeste pela BR-280 e ao Sul do País pela BR-153 - Transbrasiliana.

Com abundante energia elétrica, projeta o município na vida econômica do Estado com um "rush" industrial que, aliado à modernização de sua agricultura e pecuária e, somados com o esforço da população, formou-se uma das principais bacias leiteiras do Paraná, estimulando o pequeno proprietário rural e fixando o homem na terra como meta de valorização humana.

Nas tradições mais caras dos paranaenses, na economia, na cultura paranista, no espírito de trabalho, têm suas raízes na Cidade de União da Vitória, com seu casario às margens do Rio Iguaçu, seu parque industrial vigoroso baseado na transformação da madeira, da erva-mate e, agora, da agricultura.

A passagem dos seus 97 anos representa muito mais que uma comemoração. É um evento que marca, além do seu registro histórico, uma União da Vitória renovada pela fibra de seu povo ao longo da história.

Por todos esses fatos, o aniversário de União da Vitória diz muito a todos nós paranaenses, que amamos nossa terra e que a ela devotamos o melhor de nossas energias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

CONSIDERANDO que a imprensa da Capital vem divulgando, com destaque, notícias de que "A Universidade Federal do Paraná sofreu, durante a gestão do Reitor Alcy Ramalho, um desvio de verbas que pode chegar a cinco milhões de dólares"; que "o golpe veio a público em detalhes depois de ameaça de morte contra o delegado encarregado do caso e contra um repórter que abordou o assunto, e que as revelações do inquérito beiram o inacreditável"; (cópia em anexo: "O Estado do Paraná");

CONSIDERANDO envolver, o escândalo, setor dos mais importantes para a vida do Estado e da Nação - setor educacional, assim como nomes de destacados médicos, professores e funcionários da Universidade Federal do Paraná;

CONSIDERANDO que compete ao Legislador Estadual, o inalienável dever de fiscalizador e defender os interesses comunitários e do bem comum;

CONSIDERANDO a necessidade que tem esta Casa para bem julgar, defender e conhecer a realidade dos fatos;

CONSIDERANDO a linha de seriedade e austeridade administrativa que norteará os atos do novo Governo do Estado, com a apuração de todos os delitos cometidos contra o interesse público:

A Douta Mesa Executiva, na forma do art. 92, e seguintes, do Regimento Interno, REQUER a convocação do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, a fim de que compareça perante esta Casa para prestar informações sobre o processo que tramita naquela Secretaria e já é de conhecimento público, referente às irregularidades administrativas cometidas na gestão do Reitor da Universidade Federal do Paraná, Alcy Ramalho.

Sala das Sessões, em 23/03/87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, seja enviado convite ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, Doutor RIAD SALAMUNI, para que venha prestar maiores informações a esta Casa, sobre o rumoroso episódio do desvio de Cz\$ 150.000.00,00 (cento e cinquenta milhões de cruzados), das verbas daquela Universidade, no período compreendido entre 1982 a 1985, conforme vem sendo amplamente divulgado pela imprensa de nosso Estado, notadamente pelos Jornais "O Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná".

Sala das Sessões, em 23/03/87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, fazer um alerta ao Governo no sentido de que tome providências quanto ao reajuste salarial dos funcionários do BANESTADO, porque os mesmos estão se organizando para uma greve de reivindicação salarial.

O Governo recém instalado, do Senhor Governador ÁLVARO DIAS, já está ameaçado por esta greve prestes a eclodir no seio da classe bancária, considerando que o BANESTADO é um dos poucos bancos brasileiros que não está sob intervenção pela competência dos funcionários.

Sala das Sessões, em 23/03/87.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados Estaduais Nelson Guimarães Vasconcellos e Djalma de Almeida César, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, o envio de expedientes as suas Excelências os Senhores ÁLVARO DIAS, Digníssimo Governador do Estado do Paraná e HEINZ GEORG HERWING, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, sugerindo a re-

tificação e asfaltamento da Estrada que liga Rio Branco do Sul - Socavão - Castro.

Sala das Sessões, em 23/03/87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR e
NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

Já há, bastante tempo, que as regiões de Rio Branco do Sul, Castro e Norte Pioneiro vêm reivindicando a retificação e asfaltamento da Rodovia Rio Branco do Sul - Socavão - Castro. Com a pavimentação da estrada seria resgatada uma vasta região de seu isolamento crônico. A elevada produção de calcário agrícola na chamada "Região dos Minérios" não mais teria que ser desviada via Ponta Grossa.

Outrossim, a produção de cimento em Rio Branco do Sul poderia ser comercializada em todo o Norte Pioneiro, o que não sucede atualmente, já que aquela região vem sendo atendida pela indústria cimenteira de São Paulo. O percurso entre Rio Branco do Sul e Castro, seria reduzido de 80 a 100 quilômetros. A pavimentação ativar a região compreendida pelo Norte de Campo Largo, Este e Sudeste de Castro e Centro-Sudoeste de Rio Branco do Sul. Com o asfaltamento, haveria a viabilização do aproveitamento de 36.000 toneladas por ano de carvão de Figueira pela indústria cimenteira de Rio Branco do Sul. Indústria essa que deverá ser fortalecida, futuramente, com as implantações de duas novas fábricas uma com jazidas no Distrito de Itaperuçu e outra, de cimento Portland, com excelentes jazidas já adquiridas na região de Vuturuvu.

Para Castro, ainda, o asfaltamento abriria novas perspectivas para o incremento da produção agropecuária, especialmente na região do Socavão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ter ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e da Agricultura e Abastecimento, ARY VELOSO QUEIROZ e OSMAR FERNANDES DIAS, respectivamente, no sentido de envidarem esforços para a viabilização de repasse de recursos financeiros estaduais e federais, para colocar em prática, em grande escala, o trabalho de recuperação e conservação de solo e água pelo sistema de micro-bacias, em Umuarama e região.

Sala das Sessões, em 23/03/87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

O Governo Federal que criou o programa de micro-bacias, o qual deverá ser implan-

tado em 1987, em todo o território nacional, não poderá deixar de lado o Paraná, sendo um Estado eminentemente agrícola, portanto, dependente do solo.

Pelo menos 40% do proposto deverá ser aplicado em solo paranaense e em especial, na região noroeste, tendo em vista, serem graves os problemas causados pela erosão, que "Avança cada dia em ritmo acelerado", segundo técnicos da ACARPA - EMATER.

Umuarama e os municípios circunvizinhos, apresentam este problema, há muito tempo e, só com uma concentração de esforços, dentro de um Programa de Manejo Integrado do Solo, poderemos conservar o que temos de valor em nossa terra, que é a sua fertilidade.

Neste sentido, espera-se destas Secretarias, o encaminhamento de medidas ágeis para a solução deste problema.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ter ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Engenheiro ARY VELOSO QUEIROZ, no sentido de viabilizar estudos para repasse de recursos financeiros à Prefeitura, necessários a instalação, em Umuarama, de uma Usina de Reciclagem e Compostagem de Lixo Urbano.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1987.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A Cidade de Umuarama, visto seu vertiginoso crescimento populacional, apresenta como qualquer outra metrópole, problemas de ordem social, de segurança, de saúde, etc. Um deste, de grande gravidade, é o Lixo Urbano, pois, cerca de cinquenta toneladas-dia são coletadas no centro e despejadas em locais periféricos da cidade, os quais trazem sérios riscos de saúde à população ali residente que, por consequências sócio-econômicas, são as mais pobres. Por este e muitos outros motivos, que poderíamos enumerar, a Cidade de Umuarama necessita, urgentemente, de uma Usina de Reciclagem e Compostagem de Lixo Urbano para aproveitamento do mesmo, transformando-o em adubo orgânico.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ter ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Dr. DELCINO TAVARES, para que envide esforços no sentido de viabilizar a aquisição de

aparelhagem necessária para exames laboratoriais Parasitológico, Urina Tipo I e Tipo RH, equipando o posto de Saúde do Distrito de Perobal, tendo em vista o alto índice de pessoas carentes que vêm até a sede à procura de atendimento.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1987.

(a). ALEXANDRE CERANTO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Professor BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a implantação do 2.º Grau no Colégio Monteiro Lobato, em Umarama.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1987.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Monteiro Lobato se encontra localizado distante do centro de Umarama, fato que obriga os alunos que concluem o 1.º Grau naquele estabelecimento e imediações, a percorrerem grandes distâncias para prosseguirem em sua escolarização em outro estabelecimento de ensino.

Neste sentido, espera-se dessa Secretaria de Estado da Educação, o encaminhamento de medidas que resultem no menor espaço de tempo possível, na resolução do problema acima citado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente manifestando nossa solidariedade às entidades que manifestaram repúdio contra a fundação da UDR, em Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1987.

(aa) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA e

DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Em anexo cópia do manifesto apresentado pelas Entidades com cópias para as Entidades que assinam o manifesto.

- Associação de Moradores do Bairro Padre Ulrico

Associação de Moradores Bairro Mini-guaçu

- Associação de Professores do Paraná (Núcleo de Francisco Beltrão)

- Pastoral Operária de Francisco Beltrão

- Núcleo de Médicos Veterinários do Sudoeste

- Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Francisco Beltrão

- Diretório do PMDB de Francisco Beltrão

- Associação Brasileira de Economistas Domésticos

- Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná

- Centro Geral dos Trabalhadores do Paraná

- Sindicato da Construção Civil e Mobiliários de Francisco Beltrão

- Associação de Serviços e Assistência Rural

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão

- PC do B Diretório Municipal de Francisco Beltrão e Pato Branco

- PCB Diretório Municipal de Francisco Beltrão

- Grupo de Teatro Afoxé

- Sindicato dos Engenheiros

- Associação dos Engenheiros Agrônomos de Francisco Beltrão

- Juventude do PMDB de Francisco Beltrão

- Diretório Acadêmico dos Estudantes da Facibel

- Pastoral da Juventude

- PT de Francisco Beltrão

- Comissão Pastoral da Terra do Sudoeste

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor HEINZ GEORG HERWIG, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando urgentes providências no sentido da construção de uma ponte sobre o Rio Chopim, na localidade de Cachoeirinha, ligando os Municípios de Pato Branco e Mangueirinha, no Sudoeste do Estado.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1987.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

JUSTIFICATIVA:

Esta obra muito reclamada pela população da região é de extrema importância, sendo antiga reivindicação do povo daquela região, haja vista o intercâmbio social entre os dois municípios.

Outrossim, vem beneficiar todo o escoamento da produção agrícola de uma das regiões mais produtivas das comunidades em referência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca, que este subscreve, ouvido o Egrégio Plenário dos Deputados reunidos nesta Assembléia, pro-

põe seja oficiado aos excelentíssimos Senhores Secretários de Estado da Cultura e da Indústria e Comércio, solicitando a urgente criação de um grupo de trabalho que se encarregue do restauro, revitalização e reciclagem de uso da Fazenda Capão Alto, edificação ancestral, tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, em lamentável abandono, e ameaçando ruína, sede de empório senhorial e de quilombo libertário, localizada nos campos de Castro, na localidade conhecida como "Paragem do Yapó" já ao tempo da concessão das primeiras sesmarias do atual território do Paraná.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1987.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O abandono do bem tombado pelos atuais proprietários, as facilidades da Lei Sarney, recentes investidas de depredadores que esburacam as paredes de taipa de pilão à cata de panelas de ouro que não existem, a possibilidade de se dotar Castro, de uma excelente pousada aumentando o potencial turístico de toda a região, a criação de um verdadeiro "roteiro turístico no Caminho das Tropas", pedem a intervenção do Estado além do discurso, da publicação da memória, e da pesquisa.

Não há como negar a evidente necessidade da memória, ainda mais quando há a possibilidade de colocar a memória a serviço do desenvolvimento cultural e turístico, transformando o perfil econômico exclusivamente agrícola a pastoril da região.

Vale ressaltar aqui a política de "paradores nacionais" levada a efeito pelo Governo democrático e socialista de Espanha, onde castelos, fazendas, mosteiros, e até um convento dentro do Alhambra de Granada, servem de hotéis e hospedarias exemplares, aliando o mais refinado gosto pela preservação a uma política de preços razoáveis e democráticos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofícios aos Excelentíssimos Senhores Ministro da Agricultura, Doutor IRIS REZENDE e Ministro da Fazenda, Doutor DILSON FUNARO, solicitando que o Governo Federal determine que sejam reestudadas as dívidas de Financiamento de Custeio e Investimento, ocorridas até o dia 1.º de março do corrente, inclusive o preço mínimo dos produtos agrícolas para a presente safra.

Pleiteando ainda, que a correção das dívidas, a partir de 1.º de março de 1987, tenham como base de cálculo o IPPP (Índice

de Preços Pagos pelo Produtor), que seria o índice básico para o reajuste dos preços mínimos atuais.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1987.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

A agricultura atravessa, hoje, um dos momentos mais difíceis da sua existência, em virtude das dificuldades vividas pelo setor, tornando-se necessário que o Governo tenha a sensibilidade, nesse momento dificultoso, de atender com medidas emergenciais a classe produtora do nosso País. Os produtos que tiveram os seus preços mínimos estabelecidos recentemente, não cobrem nem mesmo os custos de produção.

Em virtude desses fatos, principalmente, o pequeno produtor do nosso Estado, encontra-se à beira da falência, tendo que entregar aos bancos a sua irrisória propriedade, produzindo um fenômeno de reforma agrária às avessas.

É necessário que essas medidas sejam tomadas com a máxima urgência, pois, como é de conhecimento do povo paranaense, a classe produtora está anunciando para o próximo dia 31 do corrente, um novo movimento de paralisação e bloqueio dos bancos e rodovias do nosso Estado, pois, vivem hoje uma fase em que não encontram perspectivas para resolver os seus problemas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de ofício à Diretoria da COPEL e demais membros da Diretoria, solicitando que atendam com a máxima urgência a reivindicação apresentada pelo Sindicato dos Funcionários da Campanha, de um reajuste salarial de 100% (cem por cento), para atender às necessidades atuais dessa classe.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1987.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Ao longo dos últimos anos, o funcionalismo da COPEL que sempre foi motivo de orgulho do povo paranaense, pelo preparo e qualidade dos serviços prestados à comunidade, tem sofrido um achatamento salarial que tem provocado, nos últimos anos, a demissão voluntária de vários dos seus funcionários, por não possuírem as condições mínimas de sobrevivência.

Por este motivo, precisamos defender esta instituição, que desde o comando do venerável e inesquecível Parigot de Souza, tem sido motivo de orgulho da comunidade paranaense. Sabedores que somos que em data de amanhã, dia 24, os representantes

dos funcionários desta empresa de todas as regiões do Paraná, estarão reunidos, aqui na Capital, para negociar com as autoridades, que hoje comandam essa empresa, solicitamos, que o bom senso desta Diretoria venha impedir que, pela primeira vez, na história, os funcionários, tenham que tomar uma posição de determinar uma greve geral dos servidores da COPEL no Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental e, após ouvido o Egrégio Plenário, o Deputado abaixo-assinado REQUER seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Mui Digno Secretário de Estado da Administração, solicitando suas providências junto ao Diretor-Superintendente do Instituto de Previdência do Estado - IPE, Senhor WALDEMAR ALLEGRETTI, sugerindo a instalação, através desse instituto, de um hotel para uso dos funcionários públicos advindos dos diversos municípios do Paraná, para tratamento de saúde e ou para tratar de assuntos de interesse do Poder Público.

O Instituto de Previdência do Estado, tem hoje como previdenciários, aproximadamente mil funcionários públicos no Estado do Paraná.

Dentre estes, só 40% são moradores na Capital, sendo, portanto, que 60% provêm de vários municípios, e em sua maioria são pessoas de parcos recursos financeiros. Ao necessitarem de serviços médicos especializados deslocam-se de seus lares e aqui chegando, muitas vezes são forçados a pernoitar no aguardo de resultados de exames ou mesmo de vaga para consultas. Alguns têm parentes que os hospedam, no entanto, outros são obrigados a pagar um quarto de hotel. Entretanto, todos contribuem igualmente para com o IPE, no percentual de 8% sobre seus vencimentos.

Entendemos que o termo "previdência" refere-se não só a aposentadoria ou saúde, mas no cumprimento total da assistência social, e isto inclui o suprimento de qualquer necessidade.

Isto posto, sugerimos que o IPE estenda a seus previdenciários o atendimento, também, na área de hospedagem, mantendo um hotel próprio ou, até mesmo, convênio com hotéis de diversas categorias, assegurando acomodações à toda classe de contribuinte e seus dependentes, quando comprovada sua vinda à Capital para tratamento de saúde, cujas despesas decorrentes fossem descontadas em seus contra-cheques em proporções a estudar, analisadas as possibilidades reais do previdenciário.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1987.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, na forma regimental e, após ouvido o Egrégio Plenário, REQUER seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Mario Pereira, Mui Digno Secretário da Administração, solicitando suas providências junto ao Excelentíssimo Senhor Waldemar Allegretti, Mui Digno Diretor-Superintendente do Instituto de Previdência do Estado - IPE -, no sentido de que seja elaborado projeto para a construção de um hospital próprio para atendimento de seus previdenciários.

O servidor público, uma das maiores classes de trabalhadores do nosso querido Paraná, contribui com 8% de seus vencimentos para com o Instituto de Previdência do Estado - IPE, garantindo assim os seus direitos de assistência médica, odontológica, farmacêutica e hospitalar.

O IPE mantém hoje, convênio com vários hospitais, para atendimento de seus previdenciários, responsabilizando-se por 85% das despesas do contribuinte e 15% das despesas ocorridas com seus dependentes.

Tendo em vista que o previdenciário do IPE precisa concorrer com celetistas e particulares para conseguir vaga hospitalar e, também, considerando que estes hospitais vêm cobrando preços exorbitantes pelos serviços médicos prestados, o que sobrecarrega intensamente o débito orçamentário do instituto, sugerimos seja elaborado projeto para a construção de um hospital próprio, visando melhor e mais rápido atendimento médico-hospitalar aos previdenciários, assim como, a redução dos gastos advindos desse setor.

Cientes de que, para a execução deste projeto será necessário o envolvimento de considerável verba, sugerimos, ainda, seja estudada a possibilidade de contar com o auxílio do Governo do Estado, através da aplicação dos termos constantes no art. 13, da Lei n. 4766, que reza a contribuição mensal do Estado de 3% (três por cento) sobre o quantum da retribuição dos servidores inscritos obrigatória e facultativamente no regime de pensão do IPE.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1987.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor HEINZ GEORG HERWIG, para que sejam tomadas as providências que se fizerem necessárias ao atendimento do pedido de pavimentação asfáltica do Município de Iporã, abaixo relacionadas:

1 - Trecho de 12 km, ligando o distri-

to Nilza à Rodovia Iporã - Altônia;

2 - Trecho de 15 km, ligando o Distrito Oroitê à Rodovia BR-272;

3 - Trecho de 7 km, ligando o Distrito Jangada à Rodovia PR-486 (Alto Piquiri).

Sala das Sessões, em 23 de março de 1987.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a transcrição, nos Anais da Casa, dos artigos do Jornalista Luiz Geraldo Mazza, na sua coluna do Jornal "Correio de Notícias", na qual o articulista faz uma análise dos dados divulgados pelo Governo do Estado sobre suas realizações.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1987.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Não havendo expediente, nem oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, inscrito.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas integrantes desta Casa.

Existe, aprovada por esta Egrégia Casa, uma lei que concede aos servidores do magistério, os professores do Paraná, um piso salarial equivalente a três salários-mínimos. Essa lei aprovada e sancionada no dia 11 de dezembro de 1986, corrigiu um direito que estava sendo defasado ao longo dos tempos, em benefício dos professores do Paraná e hoje, existe um grande movimento da Associação dos Professores do Paraná, preocupados com as manipulações, com os acertos existentes no Partido Majoritário do Governo Federal em derrubar o piso salarial dos professores que já se encontram em estado de greve.

Temos acompanhado os jornais, na televisão e rádio a respeito dos assuntos dos professores e a situação realmente é calamitosa. Há quem não tem mais interesse em manter o piso salarial de três mínimos, assumindo o Governo, não quer mais cumprir aquilo que propôs nos tempos de parlamentar. Vemos, com atenção, a mobilização que eles procuram realizar a fim de impedir o fim da indexação dos salários e da aposentadoria por tempo de serviço.

Vejam, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao longo de muitas reivindicações no Paraná, o professor chegou a conquistar esse piso salarial; conquistou a aposentadoria aos vinte e cinco e trinta anos de serviço, através de um Projeto de Lei en-

caminhado pelo atual Governador do Paraná, quando era Senador da República. Este direito foi conquistado, está aí patenteadado através de uma lei estadual e hoje o que querem os Governadores eleitos no dia 15 de novembro próximo passado?

Querem promover o fim da indexação, a fim de não comprometer mais o orçamento que está tão defasado no Paraná e no Brasil todo.

Senhores Deputados. Há uma preocupação constante em se dizer que o Governo vai bem. Há uma preocupação constante em se dizer que o Governo que ora sai, deixa a situação do Estado ótima. Há uma preocupação em se dizer que o Governo que ora sai, deixa para o Governo que ora entra, uma situação calamitosa.

Mas, o que os professores do Paraná têm com isso? O que os Professores do Paraná fizeram ao longo dos anos, foi esse trabalho incansável, e agora, através de uma proposta do Ministério da Previdência Social e de outros Governadores que estão acuando o Presidente Sarney a enviar Mensagem modificando toda essa estrutura.

É por isso que a Associação dos Professores do Paraná- APP, hoje enviou a todos os Deputados e pediu que fizéssemos um apelo aos demais Deputados desta Casa, que não deixem, de forma alguma, qualquer Mensagem, qualquer Projeto de Lei, qualquer Decreto, qualquer Decreto-Lei, tirar-lhes o direito à aposentadoria aos vinte e cinco anos, para as professoras e aos trinta anos para os professores nem tampouco, mexa no piso salarial conseguido.

É notório, no Paraná, Senhores Deputados, que já existe um movimento muito grande reivindicando um piso salarial de cinco salários-mínimos. E o que acontece? Manipulações existem para retirar um direito já conseguido.

Então, Companheiros, para que aprovar uma Lei beneficiando uma classe de trabalhadores, e depois três ou quatro meses, passadas as eleições, esta Lei não tem mais valor?

É preciso que os nossos Deputados tenham consciência. Os professores se dizem alerta; voltarão às ruas, e voltarão novamente para tentar conseguir manter as conquistas que se evoluíram ao longo dos tempos. Dizia ainda, através de uma nota que o primeiro assunto em pauta é a intenção do Governo, através de um Decreto ou um Projeto de Lei, revogar a aposentadoria do professor, por tempo de serviço e voltar ao sistema antigo, ou seja, a aposentadoria por idade. O segundo ponto em discussão, outra ameaça do Governo em desvincular do salário-mínimo, os honorários das várias categorias funcionais, inclusive a do professor. Dizem eles: isto significa que, se revogada a vinculação, toda vez

que o salário-mínimo for reajustado isto não implicaria em ajuste simultâneo dos salários das categorias que têm seu piso baseado no salário-mínimo.

Isso, ainda, dizem os professores - é voltar ao passado, é voltar aos tempos da ditadura, é voltar aos tempos da anti-democracia que se praticou neste País por mais de vinte anos. Os professores voltarão às ruas, Senhores Deputados para pedir e para que seja mantido o que lhes é de direito. Não tem sentido algum desindexar o salário-mínimo em relação aos valores salariais pagos aos funcionários públicos; às categorias que conseguiram, devem ser mantida.

Hoje, o que se comenta nas ruas, nas reuniões, é que o povo está acreditando que essa proposta é apresentada por pessoas que jamais participaram de um processo de luta pela conquista de um direito. Eles acreditam ainda, ser uma iniciativa de pessoas que nunca viveram a dura realidade do dia-a-dia de um militante na educação. E eles vão longe: que não poderá haver retrocesso.

Companheiros Deputados, realmente, nós não podemos voltar. E ainda recebemos em nosso Gabinete, mais um telex dos professores do Colégio Champagnat de Londrina, para que o defendêssemos da tribuna, o direito dos professores e o direito dos trabalhadores.

Muita coisa aconteceu no Paraná durante os quatro anos que a Secretária Gilda Poli exerceu o comando daquela Secretaria. Eu tive a oportunidade de, durante uma de suas reuniões junto à Faculdade de Cornélio Procópio, quando ela demonstrava todo o interesse possível em favor dos professores, e o que eu penso, é que ela jamais imaginou que um dia chegasse a ser Secretária da Educação. Aí, ela pregava o direito das reivindicações, dizia que o professor tinha direito, que tudo era muito justo. Isso, em agosto de 1982. Um ano depois, quando Secretária, expressava tudo, exatamente ao contrário. Dizendo que os professores do Paraná tinham pressa e que o Governo que até então era novo, precisava de um tempo para analisar a situação e aí as distorções seriam corrigidas. E o que aconteceu?

Ao longo dos quatro anos que esta Senhora ocupou a Secretaria de Estado, ela só fez brigar com os professores, nunca defendeu o direito dos professores, sempre esteve alheia ao direito dos professores e é por isso que os professores do Paraná a querem esquecer como Secretária.

Problemas, nesta Secretaria, houveram, para minha região, de toda espécie. Em Bandeirantes - a cidade de onde vim, ocorreram até cortes de convênios, prejudicando mais de cem alunos. Tudo isso, pela

falta na direção firme junto à Secretaria. E o que hoje, ela recebe de prêmio? Recebe de prêmio a Imprensa Oficial do Estado. Eu acredito que o Governador Álvaro Dias fez isso para esquecê-la, colocá-la num gelo, porque ela realmente merece a situação em que se encontra, ainda ocupando um cargo que não tem condição alguma de exercer.

Mas, companheiros Deputados, com estas palavras, queremos deixar aqui, um apelo nosso, pedido e solicitado pela Associação dos Professores do Paraná: não deixem que o projeto do então Senador Álvaro Dias, que concedeu aposentadoria especial aos vinte e cinco anos para as professoras e aos trinta anos para os professores, venha por água abaixo e muito menos não deixem que seja derrubado o piso salarial de três salários-mínimos que já é uma conquista do professor.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Concede um aparte Deputado? (Assentimento).

Eu agradeço Vossa Excelência pelo aparte e, na oportunidade, gostaria de lembrar a Vossa Excelência que após 1982, se implantou nesse Paraná um governo democrático que permitiu, inclusive, quando Vossa Excelência critica a ex-Secretária da Educação, mas Vossa Excelência se esquece que foi através de um trabalho elaborado pela ex-Secretária, que se permitiu as eleições diretas aos diretores de colégios, que abriu um amplo debate através do ensino, propiciando liberdade ao professor do Paraná. E não pode se esquecer ainda, Senhor Deputado, que hoje os professores do Paraná não de reconhecer que no Governo José Richa foram beneficiados, porque eles eram esquecidos, ficavam à margem do tempo. Os professores tiveram liberdade de ação e sempre houve diálogo, principalmente desta Assembléia Legislativa do Paraná, que hoje Vossa Excelência pertence.

Os professores tiveram sempre as portas abertas no Poder Legislativo. Aqui, nas galerias se manifestaram, procurando as reivindicações e interesses da classe. No passado, o professor era chicoteado. Quantas e quantas professoras grávidas nas portas do Palácio apanharam. Isto Vossa Excelência esquece. Mas, após 1982, houve realmente uma democracia. É óbvio, é evidente que vamos procurar, com o apoio de Vossa Excelência, também, aperfeiçoar mais o processo, oferecendo uma melhor condição ao professor do Paraná, bem como o dever e obrigação do professor de oferecer uma melhor qualidade de ensino, aos filhos dos paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Agradecemos ao Deputado Dirceu Manfrinato pelo seu

aparte. Gostaríamos apenas de esclarecer alguns pontos.

Primeiro, não temos compromisso com o passado. Não exercemos mandato algum em qualquer que fosse o partido, antes do dia 1.º de fevereiro de 1987. Conseqüentemente, não temos que defender ou criticar os Governos anteriores. Agora, gostaríamos de lembrar ao Deputado que esta crítica vem de longa data, logo após o início dos trabalhos desta Secretária junto ao Governo do Estado. E se as reivindicações dos professores foram atendidas por uma Assembléia, da qual Vossa Excelência fez e faz parte, isto prova que Vossa Excelência e demais Deputados, deram aos professores o piso salarial conseguido através dos anos, e que o nosso apoio sem criticar o passado, é que seja mantido hoje este piso, independentemente de uma lei ou decreto que venha por aí para ser aprovado.

Muito obrigado. (Assume a Presidência o Senhor Deputado Eduardo Baggio).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrando o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças. Consulto à Liderança do PDT se fará uso da palavra. Com a palavra o Senhor Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Trazemos hoje, à tribuna da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, um problema da minha cidade, Londrina. Um problema específico da Fundação Universidade Estadual de Londrina.

É sabido, e foi amplamente noticiado pela imprensa, que o Reitor da Universidade de Londrina foi escolhido, nomeado para o cargo, após um plebiscito, diria através de uma eleição, que empolgou a classe universitária de todo o Norte do Paraná. Não que houvesse lei, mas dentro daquilo que a classe universitária reivindicava há muito tempo, os estudantes se reuniram e elegeram o Reitor de sua preferência. O então Governador José Richa, num ato democrático, acatou a decisão dos universitários de Londrina, nomeando o professor Bonarssait, como Reitor da Universidade Estadual de Londrina.

Provavelmente, se não fosse este o critério, seria praticamente impossível o Professor Bonarssait chegar ao cargo de Reitor daquela tão importante Universidade Estadual.

Eu tenho, Senhor Presidente e Senhores Deputados, um apelo e farto documentário a respeito da eleição da Universidade de Londrina. E uma das plataformas que levaram o Reitor escolhido à vitória foi o item número um, em que ele prometia, como Reitor: eleições diretas em todos os ní-

veis na UEL. Provavelmente, por esta razão é que ele teve consagrada vitória nas urnas.

Agora, o estranho, Senhor Presidente, é que nomeado Reitor da Universidade, pelo único caminho que lhe possibilitou esta indicação, o Professor Bonarssait estranhamente e de maneira deplorável passa a ter o comando da UEL, o mesmo comportamento de reitores biônicos, de reitores que foram levados ao posto por apadrinhamento e critérios políticos.

Os funcionários da UEL dentro do compromisso do novo Reitor se reuniram para eleger o Prefeito do Campus. Houve campanha eleitoral, debates, e realmente houve uma grande empolgação. O Reitor da UEL, Professor Bonarssait, caso cumprisse com os seus objetivos, com aquilo que prometeu, antes de ser Reitor, nomearia o Prefeito do Campus aquele que foi escolhido por eleição, através dos funcionários e este Prefeito do Campus comandaria quatrocentos e oitenta funcionários e um orçamento de trinta e um bilhões de cruzados.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a democracia pregada pelo novo Reitor da Universidade de Londrina foi apenas uma fantasia. Vários candidatos se apresentaram, pretendendo o posto de Prefeito do Campus, entre eles o funcionário da Universidade Ludovico Bonati que ganhou com mais de 60% a eleição para ser o Prefeito do Campus da UEL e, de repente, o Reitor Bonarssait, seguindo pelos mesmos caminhos de reitores biônicos virou as costas, traiu os compromissos que ele assumiu como candidato a Reitor. Ele quis e foi ser nomeado reitor por um processo de eleição direta, mas não aceitou que os funcionários da UEL elessem o Prefeito. E, eleito o Prefeito do Campus, Ludovico Bonati, o que aconteceu? Eleito no mês de setembro, e está aqui toda a documentação, vergonhosamente o Reitor da Universidade de Londrina se recusou a nomeá-lo, alegando que o mesmo não é engenheiro formado.

Senhor Presidente, esta não era a regra da eleição. Nada estabelecia, nada condicionava que, para ser Prefeito do Campus da Universidade de Londrina, o cidadão teria que ter o diploma de engenheiro.

Se nem para ser Reitor não é feita esta exigência, aliás, até ser escolhido Papa, não há necessidade que seja Cardeal. Se houvesse esta imposição, a candidatura teria que ter sido impugnada. Não foi impugnada e o que é pior, Bonarssait fantasiado de democrata para ser escolhido Reitor, o que é que fez? Num ato ditatorial ridículo, mesquinho, ainda abriu uma sindicância para punir o funcionário Ludovico Bonati, o eleito Prefeito do Campus. Quer dizer ganhou, não levou, foi eleito, não

tomou posse, e ainda corre o risco, por mais absurdo que possa parecer, de ser demitido do quadro de funcionários da Universidade Estadual de Londrina, que apresenta uma série de irregularidades, que nós sabemos. O Governo do Estado já está investigando, porque há inúmeras e graves irregularidades ali existentes e nós, Senhor Presidente, Senhores Deputados, voltaremos a esta tribuna, em defesa de um funcionário querido e estimado pelos seus colegas, que o escolheram para Prefeito do Campus, impedido por este ato lamentável do Reitor eleito, não poder tomar posse, e que ainda, de sobra, quer premiar o prefeito escolhido com uma Comissão de Inquérito, acusando o funcionário de indisciplina, como primeira medida para demiti-lo e não vamos concordar; pediremos que o Governador Álvaro Dias, que estudou na Universidade de Londrina encampe esta briga em nome dos universitários e em nome de Londrina, para não permitir que um ato tão atentatório à democracia e ao direito daquela Universidade seja praticado pelo Reitor Bonarssait.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta à Liderança Única do PT, se fará uso da palavra.

Com a palavra, o Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores colegas, demais trabalhadores desta Casa, imprensa.

Aqui estou, mais uma vez usando do expediente que nos cabe para chamar a atenção de algo que, com muita atenção, ouvi, e já tenho lido pronunciamentos de Pares desta Casa, com referência ao chamado "loteamento de cargos públicos", tanto da área federal, das áreas estadual e municipal.

Quero deixar aqui bem claro, a preocupação do Partido dos Trabalhadores, a nossa proposta, realmente, não compactuamos muito com a idéia de que nós do Poder Legislativo, estamos aqui para nomear pessoas para cumprirem funções executivas. Acho sim, que isto, que estas tarefas, são específicas do Poder Executivo! E quero aproveitar para endossar palavras de um companheiro da bancada do lado de lá, companheiro José Rogério Carvalho que esta semana fez um pronunciamento na imprensa, questionando a forma antiga, mas como se indica os cargos do segundo escalão, na área federal, bem como os cargos dos municípios, que já tem os conhecimentos prévios das injustiças, e até porque não dizer, da má conduta, que muitas vezes gera-se, nos municípios, com a indicação de

cargos que muitas vezes não fazem parte, não são diretamente ligadas à questão.

Quero voltar a chamar a atenção de todos os companheiros desta Casa, que a nossa função principal, do ponto de vista do Partido dos Trabalhadores, é fazer com que tenhamos um Poder constituído e máximo em termos de legislar.

Do nosso ponto de vista significa tentar transformar em lei aquela que é a vontade expressa da maioria do povo deste Estado.

Estamos aqui também, com independência, sem as mãos amarradas, e sem um comprometimento mais profundo, para fazer com que tenhamos a liberdade e a independência em relação ao Poder Executivo.

E não podemos ter vínculo algum, porque vamos começar a misturar as funções. E estamos aqui também com o caráter de órgão fiscalizador, do Poder Executivo, e também do Poder Judiciário, como representantes populares.

Então, é nos dada importância de abrimos mão na indicação dos cargos através do chamado "comando político", que já foi tão condenado pela sociedade, creio eu, pela maioria dos Pares desta Casa, porque já abominamos e condenamos a forma pela qual são indicados os cargos públicos.

Daí, ser de suma importância que todos nós reflitamos seriamente sobre qual é verdadeira função deste Legislativo.

É criar clientelismo?

Não!

É indicar cargos?

Não!

É o que?

É tentar fazer leis! É também transformar em lei, aquilo que é o desejo, que é a vontade da maioria da população.

Concedo aparte do nobre Deputado Dirceu Manfrinato.

Dirceu Manfrinato - Agradeço a Vossa Excelência, e ao mesmo tempo diria que conheço vários Partidos: o PMDB, Partido ao qual pertengo, a Frente Liberal, o PDT, o PL, o PTB e o PT que Vossa Excelência pertence.

Agora, outro Partido que tenha o nome "Bancada do Lado de Lá", eu não conheço nesta Casa, ilustre Deputado.

Mas, gostaria de dizer a Vossa Excelência que essa história de "comando político", só passa pela cabeça de Vossa Excelência que não pode se esquecer de que todos os Senhores Deputados que têm assento neste Poder Legislativo, têm a responsabilidade com seus eleitores e com suas regiões.

Se sentirmos que, dentro do escalão do Governo do Estado, a nível e interior, que o funcionário não está a contento da so-

cidade, não está produzindo da forma que o Governo acha que deve produzir, cabe a nós pedir o afastamento deste.

Isso não é questão de mando político, Senhor Deputado. É uma questão de coerência, respeito e de reconhecer, realmente, de que é preciso ter mudanças e que estamos fazendo mudanças.

Agora, Vossa Excelência prega tantas coisas aqui neste Poder Legislativo, desde o início, quando entrou que, na verdade, quero afirmar que até hoje, não encontrei ainda um conteúdo no pronunciamento de Vossa Excelência que venha em benefício do povo do Paraná!

Vossa Excelência prega muito através de teoria, mas, na prática, realmente, não temos sentido e não temos visto nenhum objetivo com relação aos seus pronunciamentos.

Lamento, ilustre Deputado Pedro Tonelli, que Vossa Excelência, como representante que é também do povo do Paraná tenha tomado certas posições sem ter conhecimento de causa. Vossa Excelência levanta com relação ao salário dos Senhores Deputados, é que Vossa Excelência talvez não dê o atendimento da assistência social na área dos seus municípios, não tem as responsabilidades que muitos dos Senhores Deputados têm nesta Casa, para dar melhor atendimento à sua população. Eu terei oportunidade de debater com Vossa Excelência, oportunamente, mas acho que Vossa Excelência devia ter um pouco mais de conhecimento para usar a tribuna deste Poder Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Só para concluir, Senhor Presidente, lamento muito que nesta Casa conte e presencie...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Temos que obedecer os critérios adotados pela Mesa.

O Senhor já teve o seu tempo de oito minutos e trinta segundos.

Dou-lhe trinta segundos para o Senhor concluir.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado. Lamento muito que Pares aqui desta Casa não entendam a linguagem do trabalhador; deve haver outra linguagem que o nobre companheiro entenda, mas não a linguagem e as aspirações da classe trabalhadora.

Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado nobres colegas.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta à Liderança do PFL se fará uso da palavra. Com a palavra do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, caros companheiros do PFL, ilustres Deputados da Oposição, caros Deputados do PMDB.

Pode até parecer estranha, a minha manifestação aqui na tribuna, nesta tarde de hoje, mas confesso aos Senhores que ela está revestida dos bons princípios e fundamentada simplesmente na vontade de servir a nossa população, população esta que representamos nesta Casa.

Hoje, pela manhã, para nossa alegria, tivemos no Palácio do Governo juntamente com os agricultores, as lideranças rurais e políticas, Prefeitos, Deputados do PMDB, convocados que foram pelo Governador do Estado, para que este assinasse o ato de responsabilidade propagado através da imprensa, assumindo a responsabilidade, através do Banco do Estado, da dívida dos agricultores na situação de insolvência do Vale do Ivaí. Estivemos presentes, e vale lembrar aos Senhores que na semana passada fizemos uma crítica ao Governo do Estado, não do ato que ele pretendia realizar, mas da maneira e pelo fato de não nos ter convidado para o mesmo em favor dos agricultores do Vale do Ivaí. Mas, confabulando com companheiros, amigos de minha região, e por vontade minha também, decidi, mesmo sem o convite formal como líder rural, cooperativista, homem do campo, da região do Vale do Ivaí, comparecer ao Palácio do Governo. Confesso aos Senhores que não é surpresa alguma; eu esperava isso do Governador Álvaro Dias. Fomos bem recebidos, também pelos companheiros, os Senhores Deputados que lá estiveram. Disse ao Governador que foi um ato de coragem, que faz com que cheguemos até esta tribuna para elogiar, porque temos um princípio, e fizemos esse compromisso com o povo.

Ainda que não seja o Governo do meu Partido, que não seja o Governador para o qual trabalhei, lutei pela sua eleição, mas quando os atos forem dignos de respeito estaremos e levaremos ao público os nossos elogios, o nosso manifesto e gratidão pelo nosso povo.

Como vamos fazer no momento em que o Governo cometer alguma injustiça com a população? Usaremos a imprensa, em todas as oportunidades: a tribuna para criticar o ato errôneo do Governo com objetivo de ajudá-lo. Mas, hoje sei que a população do Vale do Ivaí, valorizada pelo Governo do Estado, cumprindo inicialmente com o prometido em palanque, com a presença do Presidente do Banco do Estado, Senhor João Carlos Finardi, estando presentes também, todas as lideranças, e o Secretário da Agricultura, Osmar Dias. Foi assinado o ato e feito o compromisso de assumir a dívida, fazendo com que principalmente, os

360 agricultores que estão agoniados com as suas propriedades, sendo leiloadas pelos bancos credores, dando oportunidade a estes homens para lutar e produzir, provar ao Governo e a todos nós que, embora as dificuldades perduram, são em função das intempéries das frustrações de safras, mas acima de tudo existe uma grande boa vontade em cumprir seus compromissos.

Portanto, que nós usamos desta tribuna para elogiar, e também para dar o nosso voto de gratidão ao ato do Governo do Estado em apoio a este povo que tanto merece, porque o Vale do Ivaí, pela sua característica lógica, pratica a agricultura do minifúndio, produzindo café, algodão, soja, trigo, milho, um pouco de pastagem, feijão. Então, é necessário que se pense, realmente, que se lute com seriedade em benefício desta gente, mantendo a fixação do homem no campo, porque também no Vale do Ivaí, existem muito poucas grandes propriedades, na maioria são minifúndios como já disse. É necessário que se apoie para que não aconteça, como tem acontecido, que grandes lavas de homens do campo abandonam a agricultura e vão aumentar as periferias das grandes cidades. Portanto, já disse e volto a repetir, fica aqui o meu voto de apoio e gratidão ao ato do Governador Álvaro Dias, de coragem, porque naturalmente surgirão críticas. Interessados de outras regiões, como já me disseram em algumas oportunidades ainda hoje. E as outras regiões? O Vale do Ivaí, já existe uma reivindicação antiga, um trabalho feito de base, uma comissão que estudou minuciosamente o problema dos agricultores e está tratando do assunto com seriedade.

Naturalmente, em outras regiões do Estado do Paraná, apesar de o Governador afirmar taxativamente, que esse ato de apoio e de solução de problemas é restrito ao Vale do Ivaí, mas quando acontecer a organização das reivindicações de outras regiões, acreditamos que o governo do Estado, tanto quanto assumiu esta responsabilidade com o Vale do Ivaí, deverá assumir também com outras regiões e terá o nosso apoio.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consultamos à Liderança do Partido Liberal se fará uso da palavra.

Com a palavra, o Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na quinta-feira próxima passada, dia 19, o Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade de votos deferiu o registro provisório do Partido Liberal.

A resolução respectiva, aprovada em sessão realizada logo após a eleição do atual Presidente daquele Egrégio Pretório representa muito mais do que o reconhecimento oficial do sétimo partido da atualidade brasileira. É o êxito de um trabalho sério, competente e bem alicerçado em princípios da doutrina neoliberal, desenvolvido por uma plêiade de grandes homens e mulheres, tendo à frente, a figura notável de Álvaro Valle.

Tivemos o privilégio de, com ilustres Deputados Federais e Estaduais do Partido Liberal, compartilhar com o nosso Presidente Nacional e outros dirigentes partidários da emoção resultante do significativo acontecimento.

Durante o encontro não foram discursos formais que se ouviram, mas o firme propósito de todos os presentes de atuarem decisivamente para a concretização do moderno programa partidário.

Cabe-nos reafirmar também aqui, o que dissemos em nosso pronunciamento inaugural desta legislatura: Estamos dispostos a fazer o melhor na importante obra de construção do nosso futuro, defendendo principalmente os princípios de liberdade que estão na alma do Partido Liberal.

Queremos ainda, aproveitando o ensejo, deixar à disposição do nobre Deputado Orlando Pessuti, o restante do tempo destinado a este Partido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti por seis minutos.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. De início gostaríamos de agradecer a gentileza e a deferência do Senhor Deputado Ezequias Losso, que nos cede parte do seu tempo, como também, antecipadamente, agradecer ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira que, em nome da Liderança do PDS, também cederá o seu horário para que possamos ter um tempo um pouco maior para fazermos uso da tribuna, no dia de hoje.

O Paraná e o Brasil, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nos últimos meses viram estampados nos seus jornais, nos noticiários, de rádio e televisão o problema da agricultura, não só paranaense, mas também brasileira.

Se de um lado falou-se nos problemas dos agricultores, nos últimos meses, os jornais estiveram realmente abarrotados de notícias que versavam a respeito da situação da armazenagem da produção brasileira.

E o Brasil tem enfrentado e apresentado situação até interessante em alguns momentos. Porque, vejam os nobres Senhores Deputados: o Brasil vive hoje uma das maio-

res crises no setor agropecuário e este País, também irá, colher, neste ano, a sua maior safra agropecuária de toda a sua história.

Como entender realmente uma situação de calamidade num momento de tanta fartura?

Como entender, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma situação de dificuldade quando nós estamos vendo os agricultores colhendo quantidades não esperadas, como é o caso de alguns agricultores lá da nossa região, que estão colhendo até cento e sessenta sacas de soja por alqueire?

Mas, se as coisas do lado da produção e da produtividade se comportam de certo modo favoravelmente, vamos encontrar, além dos juros, dos preços mínimos, das políticas de comercialização que não satisfazem, também o problema sério da armazenagem, o problema sério dos transportes, dos grãos produzidos pelo Paraná e pelo Brasil.

Para nossa alegria, dentro deste quadro que não é tão promissor, tão favorável à agricultura brasileira. Nós temos que destacar um acontecimento ocorrido na última sexta-feira, no Palácio Iguazu. Lá estivemos em companhia do Presidente desta Casa, Senhor Antônio Annibelli, em companhia do Senhor Deputado Raul Lopes, representando nós três, este Parlamento Estadual, numa reunião da qual se faziam presentes as mais altas autoridades da esfera federal ligadas ao setor da armazenagem. Lá estava o Dr. Renato Pavã que é Secretário Executivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento e assessor especial do Ministro Dilson Funaro para os assuntos de armazenagem; lá estavam as pessoas ligadas à COBAL, como também as pessoas ligadas à CFP, representadas pelo Sr. Presidente, o paranaense Inácio Neto; lá estava o pessoal do Banco do Brasil; o Presidente do BANESTADO, João Carlos Finardi. E naquela reunião, com a presença do nosso Secretário da Agricultura Dr. Osmar Dias, pôde o Governador Álvaro Dias colocar a essas autoridades o problema vivido pelo Paraná, que deverá colher na próxima safra e já está colhendo nesta, cerca de dezesseis milhões de toneladas de grãos, 34% de tudo o que se produz no País em termos de produção agropecuária.

Mas, se o Paraná por esse lado está produzindo esta quantia, ainda falta cerca de dois milhões e setecentas mil toneladas para armazenagem.

É um assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós temos que analisar, que temos que ver. Porque, se levantarmos todos os armazéns que existem neste País, nós vamos ver que existem em termos de capacidade estática de armazenagem, cerca de sessenta milhões de toneladas e vamos colher cerca de sessenta e cinco. Mas, onde

estão esses armazéns? Muitas vezes, localizados fora das regiões produtoras, muitas vezes, localizados nas mãos da indústria e do comércio. E hoje, a indústria e o comércio não estão com seus armazéns cheios, não estão querendo enchê-los porque não dispõem de recursos e de capital de giro para que assim possam proceder. Precisa o Governo, realmente, e de imediato, tomar algumas medidas que possam vir a minorar e a resolver o problema. Do ponto de vista do Paraná, os jornais de sábado, de domingo e de hoje, trazem fartas e importantes reportagens, onde colocam não só a manifestação do nosso Governador Álvaro Dias, mas daqueles que da reunião com ele participaram, de que até a próxima safra, safra 87/88, o problema de armazenagem no Estado do Paraná estará resolvido.

As duas milhões e setecentas mil toneladas de grãos que hoje não têm lugar para serem armazenadas no Paraná, certamente na safra vindoura já terão à sua disposição os armazéns necessários e suficientes para que possam, os agricultores, não ter o seu produto perdido por falta de armazenagem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como dissemos, na próxima safra, o Paraná - com toda certeza, cumprindo o Governo Federal com aquilo que foi por ele prometido e assegurado na reunião de sexta-feira, da liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento, o Paraná, através da iniciativa privada, onde incluímos as cooperativas, os armazéns gerais, irá oferecer mais trezentas mil toneladas de capacidade em armazém. O Governo do Estado, através da COPASA, estará oferecendo aos agricultores, mais cento e cinquenta mil toneladas. A CIBRAZEM, mais cem mil toneladas, através de armazéns infláveis. E ainda mais dois milhões de toneladas que a CIBRAZEM, através, como já disse, de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento, estarão levando ao Interior do Paraná aquilo que se chama "armazém estratégico".

Queremos fazer esse registro porque é muito importante que saibamos que hoje o Paraná cumpre com a sua obrigação de Estado celeiro do Brasil, produzindo 34% de toda a produção brasileira.

O Paraná cumpre com sua obrigação e tem o Governo Federal a obrigação de vir aqui alocar os recursos que o Paraná merece por direito e pela grandeza do seu trabalho e dedicação. Não poderemos ficar hoje à mercê do transporte rodoviário porque no Brasil hoje faltam noventa mil caminhões para que nossa safra possa ser movimentada em condições e no tempo hábil e necessário para que não se perca.

Portanto, fica aqui, mais uma vez, o registro de nossa parte, da grandeza e da importância da reunião convocada pelo Governador Álvaro Dias na última sexta-fei-

ra; da maneira como nosso Governo vem-se portando na defesa e resolução dos problemas do povo do Paraná, porque dois milhões e setecentas mil toneladas de armazéns novos para o nosso Estado, no espaço de um ano, não é qualquer Governo que consegue, não é qualquer Governo que conquista uma obra desta grandeza. Álvaro Dias vem demonstrar, mais uma vez, o seu interesse pelas coisas do Paraná, vem demonstrar mais uma vez a sua sensibilidade para com a agricultura de nosso Estado. Ele que sempre foi, no Senado, na Câmara dos Deputados, aqui nesta tribuna, na vereança em Londrina, um grande defensor das causas da agropecuária do nosso Estado.

Feito este registro do setor de armazenagem, não poderia deixar de aproveitar a oportunidade para, mais uma vez, talvez já chegando à casa de uma centena de vezes que ocupamos esta tribuna, para falarmos dos agricultores do Vale do Ivaí.

Hoje, para nossa alegria, para nossa felicidade, e mais uma vez nos dando a oportunidade para registrar a sua sensibilidade, o Governador Álvaro Dias, que no passado já se colocara ao lado dos agricultores do Vale do Ivaí, hoje de manhã, também o fez quando no Palácio Iguaçu, mais de cem agricultores e lideranças do nosso Vale do Ivaí se somavam a Prefeitos, Deputados Estaduais, Federais, para ouvir do nosso Governador, a sua mensagem e a apresentação de normas e do Programa de Recuperação dos Agricultores do Vale do Ivaí.

Passo a ler para que fique aqui registrado não só o nosso agradecimento pessoal, que é o agradecimento de todo o Vale do Ivaí, de todas as suas lideranças, sejam elas de que origem forem. Fica aqui o nosso agradecimento pessoal e o registro deste Programa para que, no futuro, todos possam lembrar de que foi Álvaro Dias, foi seu governo, foi esta Assembléia, fomos todos nós, os responsáveis pela recuperação dos agricultores do Vale do Ivaí.

(Passa a ler o Programa de Recuperação dos Agricultores do Vale do Ivaí).

1. OBJETIVOS:

O programa tem como objetivos:

a) regularizar as dívidas dos agricultores do Vale do Ivaí-PR, originárias de frustrações de safras por adversidades climáticas nos anos de 1984 e 1985;

b) através da regularização dessas dívidas, eliminar restrições cadastrais, de forma a permitir acesso dos agricultores aos créditos necessários à continuidade de suas explorações;

c) impedir o êxodo rural para os grandes centros, em razão da perda de imóveis para pagamento das dívidas anteriormente contraídas, evitando graves problemas so-

ciais e enfraquecimento da economia da região.

2. ÁREA DE ATUAÇÃO - Vale do Ivaí - PR.

3. AGENTE FINANCEIRO - Banco do Estado do Paraná S.A. (BANESTADO).

4. BENEFICIÁRIOS - Produtores rurais da região que possuam dívidas vencidas em decorrência de frustrações das safras 84/85 a 85/86, que não estejam impedidos de operar crédito rural;

4.1 - exclue-se aquele que tenha praticado:

a) desvio de recursos para fins não consignados no orçamento;

b) alienação, abandono ou remoção indebita de garantias;

c) qualquer irregularidade grave, desconsiderando o caso em que haja restrição cadastral possível de ser eliminada por crédito previsto neste programa.

5. FINALIDADE DO CRÉDITO - Pagamento de dívidas e composições junto a todos os credores com quitação dos respectivos instrumentos de crédito, centralizando, assim, as responsabilidades do beneficiário em uma única instituição financeira;

5.1 - serão consideradas dívidas vencidas, mesmo as que estão em execução, e as vincendas, quando comprovada a incapacidade de liquidá-las.

6 ENCARGOS FINANCEIROS - Os vigentes para as operações de crédito rural.

7 PRAZOS - Até três anos, observada a capacidade de pagamento gerada pela exploração do beneficiário;

7.1 - serão estabelecidas amortizações nas épocas de obtenção de rendimentos das atividades, cujos valores (ou percentuais) e datas estarão recomendadas no plano técnico.

8 GARANTIAS - As usuais do crédito rural.

ATRIBUIÇÕES SEAB

PROGRAMA DE MANEJO DE SOLOS:

- Fornecimento de calcário pelo programa;

- Serviços de motomecanização visando o controle da erosão;

- Sementes para adubação verde;

- Assistência técnica oficial;

- Fornecimento de óleo diesel subsidiado.

BENEFICIÁRIOS: pequenos e médios produtores (até 100 ha).

PROGRAMA DE TRACÇÃO ANIMAL:

- Proporcionar a melhoria genética dos animais utilizados nas pequenas proprieda-

des.

- Desenvolver equipamentos mais eficientes para a tração animal.

BENEFICIÁRIOS: produtores que tenham animal que se enquadrem no Programa.

PROGRAMA DE RENOVAÇÃO GENÉTICA:

- Distribuição de sementes no sistema à base de troca (arroz, milho e feijão).

BENEFICIÁRIOS: pequenos produtores com áreas de até 20 ha.

PS. 1.º - Além dos programas acima citados, a Secretaria da Agricultura coloca à disposição dos produtores toda a estrutura do Sistema Oficial de Agricultura.

2.º - A ACARPA, acompanhará o desenvolvimento do Programa, da recomposição até a recuperação das dívidas dos produtores envolvidos."

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é da maior grandeza o ato e atitude tomada pelo nosso Governador no dia de hoje, com referência aos agricultores do Vale do Ivaí. No Vale do Ivaí, mais de seiscentas propriedades estavam à mercê dos bancos, dos cartórios, dos fóruns em geral daquela região. Hoje, mais de seiscentas famílias podem dormir tranqüilas sabendo que as suas propriedades não lhes serão tomadas, sabendo que poderão continuar produzindo e dessa maneira ter um dia, quem sabe, a oportunidade de pagar a sua dívida e continuar morando no meio rural. Com essa medida, o Governador cumpre efetivamente o discurso do nosso partido em promover uma reforma agrária adequada e a contento, porque no Vale do Ivaí o que estava acontecendo era uma reforma agrária às avessas, porque enquanto lutávamos para assentar alguns, assistíamos calados e passivos a saída de outros e milhares de pessoas daquela nossa região.

Os nossos cumprimentos ao Governador, ao seu Secretário da Agricultura, ao Presidente do BANESTADO, a toda a sua equipe, aos Parlamentares que sempre se somaram nessa luta, mas os cumprimentos maiores ao povo do Vale do Ivaí que saíram à frente no movimento dos agricultores, mas que permaneceram até hoje unidos, firmes e juntos para a conquista grandiosa no dia de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta à liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra, ao Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Pedro Tonelli, único membro e líder da Bancada do PT, nesta Casa, fez publicar o Boletim n. 2, historiando a participação do seu Partido na Assembléia e apresentando os funcionários que estão servindo no seu Gabinete, num total de quatorze servidores. Depois de fazer a apresentação de cada um deles, pelos títulos partidários e qualificações pessoais, o Sr. Deputado Pedro Tonelli, anuncia a distribuição dos recursos que lhe cabem, como Parlamentar e como titular da Liderança do seu Partido.

A imprensa paranaense, ao ver este verdadeiro exército de assessores financiados para servir a um só Deputado, não demorou a criticar este despropósito, que chamou de "Mar de Mordominas", detalhando com impiedade as manobras que o Deputado Pedro Tonelli exercitou para conseguir colocar e financiar todo este pessoal no gabinete do único Deputado que o PT possui neste Legislativo Estadual.

O Sr. Pedro Tonelli - Permite-me um aparte, Sr. Deputado?

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - No final, eu concederei tantos apartes quantos forem possíveis.

O problema, Sr. Presidente, Srs. Deputados, assumiu proporções de escândalo, e para satisfazer a opinião pública e os padrões de ética vigentes nesta Casa, vimos trazer a público nossa preocupação com as mordomias do Gabinete do Deputado Pedro Tonelli, líder de si mesmo, nesta Casa de Leis.

Mas, vamos aos fatos. O Sr. Deputado Pedro Tonelli, informa, em seu Boletim, que ganhou em fevereiro a importância de Cz\$ 110.357,19 e que repassou a maior parte desta quantia para financiar os agregados de seu Gabinete e, no final, ficou apenas com Cz\$ 15.293,00. A seguir, publica a lista dos participantes desta situação, que o Jornal "Folha de Curitiba" chama de "Mar de Mordomias", em que figura, inclusive, o atual Presidente do PT do Paraná, com uma fatia de representatividade nestes ganhos. O saldo, entre salários pagos e recebidos, segundo o Sr. Deputado Pedro Tonelli, será usado em despesas de viagens de seus liderados.

O Sr. Pedro Tonelli - Permite-me um aparte?

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Não sabemos o que significa isto, mas o Boletim esclarece, inteiramente, como o Sr. Pedro Tonelli chegou a tais dados. Ele explica, ou tenta, ter ficado acertado que, no valor líquido dos auxílios e subsídios, o Partido receberá 40%, o Gabinete do Depu-

tado ficará com 33%, mais a verba de representação do Gabinete da Liderança, a quota de gasolina e do Correio e a verba de Assistência Social que, em fevereiro, somou Cz\$ 56.000,00.

Com este valor ...

O Sr. Pedro Tonelli - Concede-me um aparte?

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Sr. Presidente, eu solicito a Vossa Excelência que me assegure a palavra, porque o Deputado Pedro Tonelli está atrapalhando o desenvolvimento do meu discurso, nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Com a palavra, o Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Eu agradeço a Vossa Excelência.

O primeiro problema grave que se apresenta é o uso indevido da verba de Assistência Social que, pelos dados do Boletim, está sendo usada para gastos do Gabinete do Deputado Pedro Tonelli e dos seus liderados e, inclusive pasmem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, será usado na viagem do Deputado Pedro Tonelli, no próximo mês, a El Salvador, portanto fora do País!

Mas, continuando, o Deputado deve prestar conta da verba para Assistência Social, deve manter registros rigorosos das quantias recebidas da Coordenadoria de Auxílios Sociais e prestar contas destes recursos, sendo os comprovantes cadastrados num programa de computador, que poderá, a qualquer momento, emitir um relatório atualizado da posição de verba de qualquer um dos Srs. Deputados desta Casa. Este relatório é submetido à Comissão Executiva e anualmente oferecido à aprovação do Tribunal de Contas, que analisa os gastos feitos, e aprova ou baixa diligência para esclarecimento, em caso de dúvida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. As Legislaturas funcionam com base no precedente da tradição, que junto com os objetivos legais atinentes, formam o chamado "Governo de Leis", base da democracia. Pois bem, nesta Casa, onde sirvo há três mandatos em nome do povo do Paraná, um dos precedentes mais rigorosos é a regularidade na prestação de contas da verba de Assistência Social. Violar as normas sobre a destinação destes recursos é considerada falta parlamentar gravíssima.

O Sr. Deputado Pedro Tonelli, depois de ter sido criticado, na imprensa, pelo uso indevido de sua verba de Assistência Social, pretendeu explicar seu Boletim e negar que estivesse gastando indevidamente a verba em causa, acrescentando que "o PT entende que a Assembléia Legislativa não po-

de ser encarada como um grande centro de assistência social."

Por isso mesmo, porque não é um grande centro de assistência social, é que a verba dos Senhores Deputados para essa finalidade é restrita em apenas Cz\$ 10.000,00 e deve ser aplicada para atendimentos de emergência, por exemplo, em benefício de um doente chegado do interior e que precisa ser encaminhado a um hospital e não, Sr. Deputado Pedro Tonelli, para pagar mordomias do gabinete de Vossa Excelência! E não, Sr. Deputado Pedro Tonelli, para pagar as suas viagens para a invasão de terras no interior!

Portanto, dada à confissão expressa de que o Senhor Deputado Pedro Tonelli usou indevidamente recursos públicos que lhe cumpria aplicar com maior zelo possível, proponho a esta Casa de Leis que proceda, imediatamente, em duas direções:

1.º - Suspenda a verba de Assistência Social canalizada ao Deputado líder dele mesmo, aliás, Líder do Partido dos Trabalhadores;

2.º - Que o Sr. Deputado Pedro Tonelli faça, imediatamente, o ressarcimento dos recursos que usou indevidamente para pagar as suas viagens ao interior.

E quero aqui lançar um repto ao Deputado Pedro Tonelli, que prega a moralização, que diz que está ganhando bastante: o que é que está acontecendo na Prefeitura Municipal de Fortaleza, onde o PT, para azar de todos os cearenses, assumiu o cargo? Lá até lixo apodrece nas ruas, enquanto a Prefeita petista, chorosa e incompetente, como é incompetente a maioria dos homens que integram o Partido dos Trabalhadores, vai recebendo manifestações de "carinho" do povo, que por vezes, atinge seus convidados prefeitos, na base de ovos podres, tomates estragados e outros "mimos" da afeição popular.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. A razão das quixotadas que aparecem nas contas do Senhor Deputado Pedro Tonelli está na diferença de abordagem entre os Partidos Democráticos e a exercida pelo PT, que diz ter feito sua opção revolucionária. Ele nem deixa margem a dúvidas ao explicar, no malfadado Boletim, que "a estrutura do PT na Assembléia, está montada e atuando; é fundamental que possamos tirar os frutos possíveis deste mandato para ampliarmos nossa organização política".

Aqui o mandato é visto não como uma função da representação da sociedade para que delegados seus - justamente Deputados - se reúnam com vistas a canalizar o conflito político no Parlamento e, sim, como uma preparação para tomada revolucionária do poder.

E nós, os partidos democráticos, temos concordado com isso, graças à nossa inação

e passividade.

Por isso, rogo à Mesa e à Casa para que ative, desde logo, o Projeto de Resolução de autoria do ex-Deputado Nilso Sguarezi, que regula definitivamente a questão da distribuição de servidores nas Lideranças.

Porque, ao não tomarmos ciência dos excessos que estão sendo cometidos, em nome da liberdade parlamentar, dentro em pouco, chegaremos ao sacrifício desta mesma liberdade. O povo que nos fiscaliza e que nos deu o mandato, quer ser o juiz dos atos que aqui praticamos e não nos perdoará o crime grave da omissão.

Por absoluta falta de tempo, eu deixo de conceder aparte, pela ordem, ao Deputado Líder dele mesmo e ao meu nobre companheiro Deputado Dirceu Manfrinato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta à Liderança do PTB, se fará uso da palavra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - A Liderança cede o seu horário ao nobre Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. PRESIDENTE - A Liderança do PTB, cede a palavra ao Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ouvimos aqui, as palavras do Deputado Tadeu Lúcio Machado que trata especificamente de um caso que realmente nos deixa em uma situação embaraçosa. Sabemos que o Deputado Tadeu Lúcio Machado, assim como outros companheiros que aqui estão, vieram a este Parlamento ungidos da vontade popular, para aqui tratarem dos assuntos que dizem respeito aos problemas que afligem o povo do Paraná. E ao mesmo tempo, sabemos da preocupação do Deputado Líder do PT, Pedro Tonelli, que também vem para cá com uma visão dos problemas que afligem a classe dos trabalhadores em nosso Estado.

Nós, que convivemos com os trabalhadores do campo, com os operários, que constroem com seu suor, com seu sacrifício a grandeza deste País, e que muitas vezes são incompreendidos e na maioria das vezes marginalizados no processo de produção, entendemos perfeitamente a vontade de um e de outro em servir melhor ao seu povo, em servir melhor ao seu mandato e àqueles que aqui representam. Esperamos e acreditamos que a inteligência deste Parlamento se fará presente na solução destas pequenas crises internas que, muitas vezes, podem se transformar em processos mais sérios, complicados e até, do processo democrático que estamos vivendo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Ministro Paulo Brossard, ao chegar em Nova Iorque, no final da semana, ficou surpreendido pelo editorial de um jornal americano que comentava a clara situação crítica da democracia brasileira. E que a incompetência dos civis e a incompetência da classe política em dirigir inteligentemente a Nação brasileira, estava nos levando para um golpe militar iminente. O Ministro Paulo Brossard, surpreso com aquelas notícias, declarou que o jornal estava mal informado, que os americanos estavam pessimistas em relação à democracia brasileira.

No entanto, prefiro ficar com os desinformados dos Estados Unidos, com os jornalistas que falaram da eminência de um golpe neste País. Por que? Porque nós, os civis, nós que estamos aqui para discutir os graves e grandes problemas brasileiros, muitas vezes ficamos discutindo a verba de assistência social, o cargo em comissão de gabinete, quando, na verdade, nós deveríamos estar aqui todos os dias para falarmos da moratória, da dívida externa, da corrupção, da anistia que ainda não chegou à milhares de brasileiros que não foram anistiados, que não foram beneficiados pela lei de anistia. Nós, Senhor Presidente, Senhores Deputados, devemos estar aqui no dia-a-dia para defender os valores democráticos que muitas vezes são pisoteados por aqueles que usurparam e que usaram o poder por mais de vinte anos e que levaram este País à desgraça, que levaram este País à miséria, e que levaram, conseqüentemente, o povo ao atual estado desesperador.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. A importância de um ato, hoje ocorrido no Palácio Iguaçu, ato cuja importância para os trabalhadores, para a reforma agrária, para a sustentação da pequena propriedade no país, não tem dimensão. O Governador Álvaro Dias convocou ao Palácio Iguaçu os agricultores do Vale do Ivaí, para lá anunciar um plano de assistência àqueles agricultores que estão sendo ameaçados de perder as suas propriedades, que estão sendo executados pelos grandes trustes internacionais e seus cartéis dos bancos. Este plano do Governo Álvaro Dias de dar o apoio aos pequenos agricultores através do Banco do Estado do Paraná é um programa, é um plano que merece o destaque e os aplausos da classe política, dos Deputados, dos Vereadores e, como o reconhece o Deputado Antônio Costenaro Neto, da Frente Liberal, que mesmo sendo de oposição, vê neste gesto um ato de grandeza do Governo, porque ele, por si só, já é grande, ficando maior ainda o seu desdobramento a nível de Brasil, a nível de reafirmação da pequena propriedade.

O Sr. Paulo Furiatti - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Domingos Scarpellini, Vossa Excelência aborda um assunto que representa, não apenas para os pequenos agricultores do Paraná ou para o Estado do Paraná, mas representa para o Brasil, um ato concreto do Governador Álvaro Dias, mostrando a este País, que se o Governo quer, se as instituições querem, desejam, é possível encontrar alternativas de verdadeiro, e sólido apoio ao setor da agropecuária. Nós estávamos com este problema dos agricultores do Vale do Ivaí e que Vossa Excelência conhece muito bem porque é daquela região, se arrastando há mais de ano, período em que os agricultores fecharam portas de bancos em que os agricultores mobilizaram, e vieram inclusive, até a Assembléia. Eu tenho conhecimento de que Vossa Excelência, juntamente com o Deputado Orlando Pessuti, foram dos primeiros a ir ao Palácio, há um ano atrás, pedir soluções viáveis, que então não foram encontradas. Agora, no entanto, o Governador Álvaro Dias determinou providências e elas foram tomadas. O ato do Governador Álvaro Dias, neste episódio, demonstra claramente ao Brasil, que nós podemos sair das crises, que nós temos alternativas, que o problema que o BANCO DO BRASIL enfrenta é um problema que tem saída, porque se o BANCO DO ESTADO encontrou a saída, porque o BANCO DO BRASIL, banco muito mais poderoso não encontraria?

Ratificando o que já foi dito, afirmo que uma decisão política da maior grandeza e apenas homens políticos e bem intencionados como o Governador Álvaro Dias podem e devem demonstrar a este país que nós temos condições de sair destas crises, bastando a vontade política e o compromisso com o povo.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como disse o nobre Deputado Paulo Furiatti, se o BANCO DO ESTADO encontrou a solução para os agricultores do Vale do Ivaí, porque o BANCO DO BRASIL não a encontraria para os agricultores de todo o Paraná e de todo o Brasil? Falta, então, a vontade política do Presidente da República para fazer aquilo que o governador Álvaro Dias fez em uma semana de governo. Nós queremos registrar a agilidade que tiveram o Governador, o Secretário da Agricultura, o Presidente do BANCO DO ESTADO, o Diretor de Crédito Agrícola do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, ao encontrar uma solução para esse problema que vinha se arrastando por mais de dois anos.

Requeiro, então Senhor Presidente, que seja enviado um ofício ao Secretário da Agricultura, ao Presidente do Banco do Es-

tado, ao Diretor de Crédito Agrícola, e especialmente, ao Senhor Governador do Paraná, cumprimentando-os, pela iniciativa e pela implantação desse programa que, como disse, por si só já é muito sério e grande, mas que é maior ainda pelo desdobramento que vai provocar a nível de Brasil. O Paraná começa aqui, portanto, a dar uma lição, uma lição de que é pelos pequenos, pelos pobres, por aqueles que foram marginalizados, pisoteados e esquecidos pelos Governos anteriores, que o Governo deve governar.

É por aí, por esse caminho que o governo do Paraná trilha, que nós encontraremos a solução para que não se morra tanto de fome, que não morram milhões e milhões de brasileiros na miséria permanente, como esta que está instalada pela ineficiência dos governos que nos antecederam.

Fica aqui, o nosso registro, Senhor Presidente, assim como os nossos cumprimentos a todos aqueles que por esta causa lutaram, ao Bispo de Apucarana, aos Sindicatos de São João, de São Pedro, de Lunardelli, aos Prefeito e Vereadores do PMDB ou de outros Partidos que empunharam a bandeira em nome dos pequenos agricultores, que já estavam até se suicidando em função da deterioração da sua economia e da sua vida.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrado o horário das Lideranças
Passa-se a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, com apoio do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor as diversas Comissões desta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando seu nome para membro efetivo da Comissão de Constituição e Justiça, bem como o Senhor Deputado Luiz Antônio Setti para membro efetivo da Comissão de Saúde. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 202/86, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de utilidade pública a Ação Social e Educacional "O

BRASIL PARA CRISTO", com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 205/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 124/86), dispondo que a categoria funcional de Técnico de Administração, código P-15, constante do Anexo I, do Grupo P-Profissional, da Lei n. 7424, de 17/12/80, fica transformada em categoria funcional de Administrador. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

15 Senhores Deputados aprovam; 2 Senhores Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Sobre Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo o seu comparecimento a esta Casa, para prestar esclarecimentos referentes às irregularidades administrativas, cometidas na gestão do Reitor Alcy Ramalho, da Universidade Federal do Paraná. Retirado pelo Autor.

Antes de encerrarmos a sessão, nós só queríamos registrar aqui a presença do líder dos agricultores do Vale do Ivaí, Senhor Diogo Peres Rodrigues.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 205/86.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 202/86.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 230 e 265/86.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, EM SESSÃO DO DIA 23 DE MARÇO DE 1987.

Jornal "Correio de Notícias"

DADOS VIGIADOS PARA EVITAR DADO VICIADO

O lamentável no momento regional não é apenas a falta de perspectivas estratégicas, abrangentes, para que possamos romper com as condicionantes que limitam nossos espaços. É, também, a inexistência de vida inteligente do lado da oposição. Prova disso é que ninguém procurou, ao menos, fazer uma avaliação preliminar da prestação de contas do governo que termina numa euforia nunca dantes registrada. É que anteriormente apenas governos que não elegiam o sucessor se caracterizavam por uma prodigalidade saturante. Felizmente, no caso paranaense, tem havido mediação entre estafes. Ary Queiroz, afinal integrante dos dois governos, do que entra e do que sai, exerce esse papel com a habilidade costumeira. Mas quem olhar o documento divulgado ontem e com a aparente forma de um balanço - não precisará aprofundar-se em seus dados para identificar erros grosseiros e manipulações, muitas delas costumeiras, dada à ligeireza com que se pinçam dados e se fazem projeções no governo, notadamente nas abomináveis, porque absolutamente fantasiosas, mensagens oficiais. Durante o período Richa, a oposição, com apenas o trabalho paciente do jornalista Clemente Horochowski, assessor de Luiz Alberto Martins de Oliveira, questionava números e os deixava a todos sob suspeição. Vejamos, por exemplo, um número: o relativo a ligações de água. Em 1983 tínhamos 797 mil ligações e em 86 elas evoluíram para 967 mil. Seriam, portanto, 170 mil ligações. O incrível é que esse aumento, conforme o relatório, teria beneficiado 1 milhão e 300 mil. Teríamos uma média superior a 6 pessoas por ligação. Em cima do que é feito um tal cálculo senão do chute? Se 967 mil ligações atendem 4 milhões 800 mil pessoas estamos diante de uma regra de três não enquadrável nas médias, pois aí apenas 49 pessoas seriam beneficiadas por domicílio. É possível que o Paraná só tenha ligado água em repúblicas estudantis, saunas e habitações coletivas.

Balanço (II)

Vamos a outros equívocos do "balanço" do governo (gratificamente bonitinho e impressionista como todos os documentos do gênero) na mania de somar o que está feito com o previsto, o contratado ou o em andamento. Não há 120 mil ligações novas de e-